

O IMPACTO DAS POLÍTICAS SOCIAL-DESENVOLVIMENTISTAS NA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

Filipe Augusto Meneses Bertelli (IC) e Edgar Cândido do Carmo (Orientador)

Apoio: PIBIC MackPesquisa

Resumo

A questão da desigualdade de renda no Brasil é secular e se estabilizou em um nível extremamente elevado. Neste contexto, a literatura apresenta uma série de medidas que poderiam mitigar o problema da desigualdade de renda no país. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória da desigualdade, pobreza e desenvolvimento humano no Brasil a partir de 2003, ano de implementação do Programa Bolsa Família (PBF), bem como refletir sobre as causas históricas das desigualdades do país, como ela se comporta e quais são os melhores modelos de políticas públicas para o seu combate. Para a pesquisa, foram utilizadas duas metodologias: bibliográfica/documental e a descritiva, com a coleta de materiais seguindo os critérios temáticos e cronológicos escolhidos. O resultado da pesquisa mostra que, de fato, as políticas públicas adotadas no período analisado tiveram um efeito positivo na redução da pobreza e da desigualdade socioeconômica. Um dos principais fatores creditados para o sucesso do PBF, em específico, é a sua boa focalização. Entretanto, ainda há um longo caminho pela frente. Além das políticas voltadas para o lado da demanda — como o PBF — políticas suplementares focadas no lado da oferta — como na promoção da educação e saúde — também serão essenciais para quebrar as barreiras estruturais no país.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo; Desigualdade de renda; Políticas públicas.

Abstract

The issue of income inequality in Brazil is secular and has stabilized at an extremely high level. In this context, the literature presents a series of measures that could mitigate the problem of income inequality in the country. Thus, this paper aims to analyze the trajectory of inequality, poverty and human development in Brazil since 2003, the year of implementation of the Programa Bolsa Família (PBF), as well as reflect on the historical causes of inequality in the country, how it behaves and what are the best public policy models to combat it. For the research, two methodologies were used: bibliographic/documentary and descriptive, with the collection of materials following the chosen thematic and chronological criteria. The result of the research shows that, in fact, the public policies adopted in the analyzed period had a positive effect in reducing poverty and socioeconomic inequality. One of the main factors credited for the success of the PBF, in particular, is its good targeting. However, there is still a long way to go. In addition to demand-side policies, such as the PBF, supplementary policies focused on the supply side, such as promoting education and health, will also be essential to break down structural barriers in the country.

Keywords: Developmentalism; Income inequality; Public policies.

1 Introdução

1.1 Tema e problema de pesquisa

Neste artigo de iniciação científica foi desenvolvido um tema clássico na área de ciências econômicas: a questão da desigualdade de renda no Brasil. Enquanto o seguimento social que engloba o 5% mais rico concentra 29,5% da renda do país, os 50% mais pobres absorvem apenas 16,8% desta (IBGE, 2021). O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) da PNUD (2019) corrobora esta situação, indicando que a parte do rendimento nacional apropriado pelos 40% mais pobres no Brasil foi de apenas 10,6%; dos 10% mais ricos foi de 41,9%; e a parte dos rendimentos apropriado pelo 1% mais rico foi de 28,3%. Além disso, desequilíbrios globais, tais como a pandemia causada pelo vírus sars-cov-2 iniciada em 2020, acrescentados aos problemas de assimetria de oportunidades já existentes, contribuem para o agravamento da desigualdade socioeconômica, assim como aponta o PNUD (2020a):

Enquanto os desequilíbrios a nível planetário persistirem, irão gerar riscos que se podem materializar em choques para o desenvolvimento humano, tal como sucedeu com a pandemia de Covid-19. Sobrepostos às assimetrias de poder e oportunidades já existentes, perpetuam e podem mesmo agravar as desigualdades ao nível do desenvolvimento humano. (PNUD, 2020a, p. 23)

Segundo dados do Banco Mundial, o país está longe de ser pobre. Muito pelo contrário, o Brasil está classificado como um país com renda per capita média alta: dez vezes maior do que os países mais pobres do mundo. Todavia, o Brasil é um país com uma grande parcela de sua população situada na pobreza: 13,7 milhões de pessoas estão na extrema pobreza, com rendimento de 1,90 dólar por dia e 51 milhões vivem com menos de 5,5 dólares por dia (IBGE, 2020).

Contemporaneamente, observa-se que a discrepância entre as camadas mais ricas e as mais pobres aumenta continuamente: entre 2016 e 2017, a metade mais pobre do país teve uma retração de 1,6% em seus rendimentos, ao passo que os 10% mais ricos tiveram um aumento de 2% (OXFAM BRASIL, 2018). Ainda de acordo com a Oxfam Brasil (2018), essas desigualdades de renda são reforçadas pelo próprio sistema tributário nacional, que se apresenta com um caráter regressivo, pois, baseado, salientemente, em impostos indiretos, onera proporcionalmente mais os mais pobres.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, avança-se a ideia da necessidade de promoção de políticas distributivas para mitigar a desigualdade e a pobreza. Apesar disso, depois de quase 34 anos da promulgação da Constituição de 1988, apesar dos corretos princípios fundamentais, pouco ou quase nada saiu do papel. Garantir o desenvolvimento nacional depende não apenas de crescimento econômico, que foi pífio nos últimos 30 anos, mas também de erradicar a pobreza e as desigualdades sociais e regionais, assim como de todos os tipos de preconceito, principalmente aqueles que ocorrem no mercado de trabalho, no qual mulheres e negros auferem rendimentos bem menores do que dos homens brancos (OXFAM BRASIL, 2018).

A literatura especializada apresenta uma série de medidas que poderiam mitigar o problema da desigualdade de renda no país. Estas medidas passam por políticas de transferência de renda, acesso ao sistema previdenciário, e alterações no sistema tributário que favorecessem as pessoas que estão na base da pirâmide. Então, teoricamente, há formas de atenuar o problema. Considerando o contexto apresentado acima, este trabalho buscou responder a seguinte questão: quais foram os impactos das duas décadas de aplicação de programas de transferência de renda no país. Para alcançar este resultado, este artigo teve como objetivo analisar a trajetória dos indicadores de desigualdade, pobreza, desenvolvimento humano e macroeconômicos no Brasil a partir de 2003, ano de implementação do programa Bolsa Família.

Este artigo está estruturado em **(4)** seções. Na primeira delas, apresentamos, incluindo esta introdução, as principais referências teóricas acerca do tema e os aspectos metodológicos utilizados nesta pesquisa. As duas seções seguintes apresentam o resultado da nossa pesquisa. A primeira, dividida em duas subseções, tem como foco o tema da desigualdade econômica no país como um fenômeno inerente ao seu processo de desenvolvimento. Para isto, apresentamos um panorama do desenvolvimento econômico brasileiro e a desigualdade econômica desde o período colonial até a década de 2010, dando destaque ao período que se inicia na redemocratização. A segunda seção inicia descrevendo o Programa Bolsa Família (PBF) seguido de seus resultados nas seguintes áreas: desigualdade de renda, pobreza/extrema pobreza, desenvolvimento humano e macroeconomia. Também apresentamos o papel da focalização do programa para a sua eficácia. Por fim, apresentamos as considerações finais de nossa pesquisa.

1.2 Referencial teórico

De acordo com [Pochmann \(2015\)](#), as principais bases da desigualdade econômica vivenciada em nossa sociedade foram firmadas durante os três séculos com o predomínio dos latifúndios da terra, do trabalho escravo e da monocultura exportadora (*plantations*), momento em que prevaleceu o padrão de desenvolvimento conhecido como primário exportador. Posteriormente, com a fragmentada integração nacional pós-independência e o lento movimento de incorporação do Brasil ao capitalismo mundial a partir do final do século XIX, as discrepâncias entre a população mais rica e a mais pobre se intensificaram.

Perspectiva parecida é aquela tomada por [Bresser-Pereira \(1998\)](#), no qual aponta que até 1930, o Brasil possuía uma economia capitalista mercantil-especulativo, onde os lucros se originavam na especulação do comércio a longa distância. A partir de 1930, teve o início do capitalismo-industrial no país com o processo de industrialização, onde o lucro advém não mais de atividades especulativas, mas sim da própria mais-valia. Entretanto, esse processo de industrialização gerou uma divisão no país, onde estruturas retrógradas se misturavam às novas estruturas capitalistas, fenômeno também discutido pelo marxista russo Léon Trotsky em sua teoria do desenvolvimento desigual e combinado ([LOPES; GUIMARÃES JÚNIOR, 2013](#)). Dessa forma, Bresser afirma que o Brasil adotou um modelo que ele chama de "subdesenvolvimento industrializado". Com isso, entende-se que o subdesenvolvimento no Brasil pode ser explicado pelo período excessivo em que sua economia permaneceu no sistema capitalista-comercial,

atrasando sua entrada no capitalismo industrial, como observa [Furtado \(2007\)](#):

Esse atraso tem sua causa não no ritmo de desenvolvimento dos últimos cem anos, o qual parece ter haver sido razoavelmente intenso, mas no retrocesso ocorrido nos três quartos de século anteriores. Não conseguido o Brasil integrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial durante essa etapa de rápida transformação das estruturas econômicas dos países mais avançados, criaram-se profundas dessemelhanças entre seu sistema econômico e os daqueles países. A essas dessemelhanças teremos que voltar ao analisar os problemas específicos de subdesenvolvimento com que se confronta a economia brasileira no presente. ([FURTADO, 2007](#), p. 217)

As relações inter-regionais, observadas por meio dos conceitos de 'centro' e 'periferia', foram determinadas pelos mais de quatro séculos de um modelo primário exportador que compreendeu o período entre os anos de 1503 e 1930. Durante esses anos, o país viveu quatro grandes ciclos econômicos: do pau-brasil (1503-1550), do açúcar (1550-1650), do ouro (1694-1760) e do café (1825-1930). Além disso, o modelo federalista que havia prevalecido até 1930 era intensificado pela fraca integração nacional na época, tornando o centro dinâmico nacional uma condição extremamente seleta que apenas aquela região ou província que possuía o melhor papel de produtor para exportações acabaria tomando ([POCHMANN, 2015](#)). O período caracterizado pela etapa de maior crescimento do setor cafeeiro no Brasil também marcou um forte aumento nas discrepâncias entre as regiões do país e a formação de um centro dinâmico nacional exportador de café.

O rápido crescimento da economia cafeeira - durante o meio século compreendido entre 1880 e 1930 -, se por um lado criou fortes discrepâncias regionais de níveis de renda per capita, por outro dotou o Brasil de um sólido núcleo em torno ao qual as demais regiões tiveram necessariamente de articular-se. ([FURTADO, 2007](#), p. 328)

Como consequência desses elementos bases da desigualdade no país, uma elite patrimonialista que usa o Estado em benefício próprio foi instaurada e de forma histórica ainda prevalece no país por meio, por exemplo, do injusto sistema tributário nacional além de barreiras no acesso à saúde, educação e cultura para a maioria da população. Ademais, a desigualdade econômica, além de reprimir o crescimento socioeconômico das classes sociais mais baixas, também tem como consequência a preservação da pobreza. Isto é, a pobreza não é um resultado da incapacidade de gerar riqueza, como acontece em algumas regiões da África, mas é o resultado da má distribuição, que no caso brasileiro, é uma questão estrutural.

É evidente que a extrema desigualdade na distribuição de renda numa dinâmica socioeconômica própria, está associada à persistência da pobreza absoluta no Brasil. ([ROCHA, 2007](#), p. 32)

Como apontado por [Pochmann \(2015\)](#), nem os últimos anos do Império brasileiro, nem a recém-formada república tiveram como objetivo resolver esses problemas estruturais que o país carrega consigo há séculos.

No início do século XXI, com uma economia sem os impactos da inflação após a estabilização pelo Plano Real, políticas públicas começam a colocar o social-desenvolvimentismo em prática. Segundo [Carneiro \(2012\)](#), a estratégia social-desenvolvimentista possui como base os seguintes eixos: uma melhor distribuição de renda, reindustrialização via adensamento de cadeias, expansão dos setores com base nos recursos naturais e a ampliação da infraestrutura econômica e social. Entretanto, a efetividade e sustentabilidade desse projeto tem sido debatido e outras soluções têm sido levantadas. Não obstante dificuldades que possam aparecer no processo, as políticas públicas desenvolvimentistas tiveram um papel imprescindível para a posição positiva que o país presenciou no início da década de 2000, assim como observado por [Biancarelli e Rossi \(2014\)](#):

(...) além do quadro internacional favorável, quatro grandes ferramentas foram determinantes para este processo recente, nem todas devidamente reconhecidas no debate público brasileiro. A mais alardeada delas foram as políticas de transferência de renda a camadas mais pobres da população – com o programa Bolsa Família à frente – que foram aprimoradas e fortemente ampliadas. Para além destas ações mais focalizadas, merecem destaque os outros instrumentos do sistema brasileiro de seguridade social que, apesar de vários problemas, têm abrangência e impacto muito importante. A política de valorização real do salário mínimo é o terceiro elemento desta explicação e significou ampliação direta do poder de compra de uma camada mais ampla da sociedade. ([BIANCARELLI; ROSSI, 2014](#), p. 23-24)

A desigualdade possui características multidimensionais que resultam de complexas interações derivadas das relações de poder. E com isso, por diferentes razões, se cria uma assimetria nas vantagens e desvantagens individuais e coletivas ([POCHMANN, 2015](#)). Além disso, uma vez que a desigualdade também é parcialmente influenciada por outros fatores não controlados pelos indivíduos, como a sorte e as dotações transmitidas pela família, apenas as políticas públicas teriam a capacidade de auxiliar as pessoas em ambientes mais desfavoráveis, como de acordo com [Piketty \(2014\)](#):

(...) se a desigualdade se deve, ao menos em parte, a fatores fora do controle dos indivíduos, com a desigualdade das dotações iniciais de transmitidas pela família ou pela sorte – sobre as quais os indivíduos envolvidos não podem ser considerados responsáveis –, então é justo o Estado buscar melhorar, da maneira mais eficaz possível, a vida das pessoas mais pobres, isto é, daquelas que precisaram enfrentar os fatores controláveis mais adversos. As teorias modernas de justiça social exprimam essa ideia sob a forma do princípio segundo o qual a sociedade justa deve maximizar oportunidades e condições mínimas oferecidas pelo sistema social. ([PIKKETY, 2014](#), p. 48)

Seguindo o mesmo raciocínio, a teoria das finanças públicas assevera que é papel do Estado: a) Alocar recursos para aquelas regiões ou áreas nas quais a iniciativa privada não tem interesse; b) Estabilizar a economia e; c) Promover a distribuição de renda. Em concordância com isso, [Suplicy \(2003\)](#), aponta que todos devem possuir o direito de usufruir da riqueza gerada em sua nação. Dessa forma, programas de renda básica consistiriam em um passo importante em direção à diminuição da pobreza e da desigualdade social, além de representarem

a ampliação da liberdade dos indivíduos, na forma como foi também descrita pelo economista Amartya Sen.

A implementação de um Programa de Renda Básica nessas nações pode constituir-se em uma etapa significativa para atingir os objetivos de erradicação da pobreza e de diminuição da desigualdade social, permitindo que as pessoas possam viver com maior dignidade e liberdade. (SUPLICY, 2003, p. 62)

Segundo Legovini e Regalia (2001), há uma forte correlação entre o nível de capital humano e renda. Neste sentido, famílias pobres, por não conseguirem acumular capital humano suficiente, se tornam incapazes de escapar da pobreza. Além disso, a privação de recursos que marca aqueles que se encontram em uma situação de pobreza, impede o acesso à saúde, segurança alimentar e educação. Intervenções no lado da oferta, apesar de importantes para aumentar a disponibilidade e qualidade destes serviços públicos, não são suficientes. Programas que busquem diretamente atenuar os efeitos da pobreza no curto-prazo e erradicar as causas estruturais da desigualdade e da pobreza no longo prazo também se fazem necessários.

Para Mazzucato (2014), embora as políticas de redistribuição de renda *per se* consigam garantir que o resultado econômico seja distribuído de forma mais justa, o Estado também precisa tomar medidas "schumpeterianas" para assegurar a continuidade destes programas sociais:

Embora as políticas de redistribuição progressiva sejam fundamentais para garantir que os resultados do crescimento econômico sejam justos, elas em si não geram crescimento. A desigualdade pode prejudicar o crescimento, mas a igualdade por si só não pode estimulá-lo. O que falta a boa parte da esquerda keynesiana é uma agenda de crescimento que crie e simultaneamente redistribua as riquezas. A combinação das lições de Keynes e Schumpeter pode fazer com que algo assim aconteça. (MAZZUCATO, 2014, p. 61)

Em relação ao estudo quantitativo, uma análise que integra os diversos indicadores que acompanham a evolução da desigualdade econômica é recomendada, uma vez que indicadores sintéticos, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Gini possuem certas fragilidades quando utilizados isoladamente. Em relação ao último, isso se deve, em parte, porque várias combinações possíveis de distribuição de rendimentos podem resultar num mesmo valor para esse índice (IBGE, 2020).

Segundo Neri (2012), o PIB per capita, que apesar de ser o indicador de bem-estar social mais utilizado, não considera a diferença de rendimento entre as pessoas. Por conta disso, caso seja necessário a coleta de informações sobre a distribuição do produto gerado pela economia, é necessário inverter esta lógica. Isto é possível por meio da criação de indicadores que ordenem os indivíduos pelas suas respectivas rendas e atribua pesos diferentes para cada um, sendo que quanto maior a renda, menor será o peso. Diferentemente de indicadores como o PIB e PIB per capita, que são indicadores de renda, as características mencionadas anteriormente caracterizam os indicadores de desigualdade. Entre estes indicadores, o mais utilizado é o Gini.

1.3 Procedimentos metodológicos

Este artigo se insere no ramo da pesquisa aplicada, pois, a partir de elementos teóricos, realiza um estudo empírico sobre a realidade observada. Para se alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa utilizou as seguintes metodologias de pesquisa:

Pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se do vasto material contido em artigos, livros, teses e periódicos. Todas as fontes consultadas estão em conformidade com os critérios que esta pesquisa buscou seguir: cronológico, buscando materiais que abrangem o período a ser analisado; e temático, selecionando materiais que versam sobre desigualdade, pobreza, políticas de transferência de renda e outros assuntos correlatos. Primeiro, foi levantada a bibliografia a ser usada, utilizando-se de leituras de reconhecimento e seletivas como instrumentos, para, posteriormente, realizar o levantamento das informações encontradas nesta bibliografia. Neste sentido, as duas principais fontes de consulta são o acervo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas. No que tange a pesquisa documental, foram coletados dados primários sobre a pobreza e desigualdade de renda no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sobre a trajetória dos beneficiários do Programa Bolsa Família na Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. A análise da legislação brasileira também auxiliou na compreensão do tema. Desta forma, esta pesquisa tem um caráter qualitativo.

Pesquisa descritiva, uma vez que após a coleta dos dados, esta pesquisa teve como objetivo tabular e organizar estes em tabelas e gráficos que posteriormente foram analisados e interpretados, tendo como parâmetro as referências teóricas coletadas na pesquisa bibliográfica. Assim, esta pesquisa também possui um caráter quantitativo.

2 A desigualdade econômica no Brasil

2.1 Dificuldades históricas

O caso brasileiro é extremamente peculiar. Desde sua formação como colônia, e passando por duas grandes mudanças em sua estrutura política (império e república), instituições social e economicamente excludentes foram formadas e se sustentam até os dias atuais. Além disso, muitas reformas fundamentais acabaram por não ser iniciadas.

A questão da desigualdade de renda no Brasil é secular e se estabilizou em um nível extremamente elevado. Segundo [Rocha \(2007\)](#), o coeficiente de Gini, principal indicador de desigualdade de renda, é um dos mais altos e se transformou em uma aberração para um país grande como o Brasil, com uma tremenda complexidade socioeconômica. Os dados atuais de desigualdade, apesar de uma breve melhoria entre 2006 e 2015, demonstram que a afirmação de Rocha é absolutamente atual.

De acordo com [Bresser-Pereira \(1998\)](#), o subdesenvolvimento brasileiro, marcado pela coexistência do capital mercantil com o capital industrial, é definido por uma baixa produtividade média e uma má distribuição da renda e do produto. Estas seriam as bases para a baixa qualidade de vida de grande parte da população e da dependência cultural e tecnológica em relação aos países capitalistas centrais.

O modelo de agricultura voltado para o mercado externo desfavoreceu a industrialização do país, pois constituía-se basicamente de uma doença holandesa. [Furtado \(2007\)](#) aponta que a economia brasileira, por ter sido historicamente voltada para o setor externo, carecia de uma articulação direta entre os sistemas de produção e de consumo, inibindo qualquer tentativa de autopropulsão. O projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas entre 1930 e 1950 seria então apoiado pela oligarquia agrária não exportadora, suporte que foi fundamental para o sucesso deste projeto ([BRESSER-PEREIRA, 2016](#)). O Brasil, assim como outros países como o México, realizaram o seu processo de industrialização entre 1930 e 1980, apresentando acelerado crescimento no período ([NERI, 2012](#)).

Entretanto, diferente das trajetórias de outros países desenvolvimentistas, o modelo brasileiro não teve sucesso. Na década de 1980, o rápido crescimento econômico cedeu espaço para uma semiestagnação, com uma redução da taxa de crescimento de 4% para 1% ao ano. Segundo [Schneider \(1991\)](#), as principais características que marcaram o modelo de desenvolvimento brasileiro são: dependência do setor privado em relação ao Estado brasileiro; desenvolvimento exclusivo; e uma burocracia pública que não completou seu processo de institucionalização. [Bresser-Pereira \(2016\)](#) complementa dizendo que a dependência do desenvolvimento nacional brasileiro em recursos externos também foi um importante fator para quebra do modelo por conta da Crise da Dívida Externa nos anos 1980 resultante dos altos níveis de endividamento externo. O período também foi marcado pelo expressivo aumento na concentração de renda, chegando a um nível que marcaria o país até o início do século XXI.

Na década de 1980, o Consenso de Washington e a perda de fôlego do modelo desenvolvimentista brasileiro levaram ao abandono do projeto desenvolvimentista no país. As duas últimas décadas do século XX seriam marcadas pela adoção de políticas neoliberais e um baixo crescimento econômico quando comparado aos períodos anteriores. O resultado foi a perda de autonomia, intensificação da dependência nas exportações e piora dos indicadores de desigualdade ([BRESSER-PEREIRA, 2016](#)).

2.2 Democracia e desenvolvimento social

Até a década de 1980, o pensamento político brasileiro se orientava por uma perspectiva generalista, dando mais ênfase ao papel do Estado do que a administração do governo. Porém, com os desafios do processo de redemocratização e das transformações do Estado brasileiro, foram realizados esforços para a institucionalização do campo de estudo de políticas públicas. Isto porque, por um lado, havia uma demanda pela formulação de novas políticas públicas, tanto por parte da esfera federal quanto das locais. E por outro, a descentralização do aparato autoritário levantou diversos desafios para a formulação e administração das políticas públicas em âmbito local ([BRASIL; CAPELLA, 2016](#)).

A passagem do então Estado autoritário para o democrático também foi marcada por uma perda de esperança na capacidade do governo brasileiro em resolver os problemas sociais de um país com dimensões continentais, com a visão predominante se baseando na defesa do Estado Mínimo, características que marcariam o período compreendido entre a promulgação da nova constituição e o último governo de Fernando Henrique Cardoso ([OLIVEIRA, 2006](#)). O período também foi marcado por tentativas de racionalização da governança do Estado brasileiro.

Com a nova lógica inaugurada pelo modelo democrático, as propostas de políticas públicas, por conta da necessidade de respaldo da sociedade e o cumprimento do pacto federativo, deveriam ser mais justas e equitativas, além de precisarem ser planejadas por meio de uma articulação entre todos os níveis do Estado brasileiro. Por conta disso, as políticas resultantes deste processo poderiam ser mais eficientes e efetivas em suas implementações (BRASIL; CAPELLA, 2016).

Estas características do período pós-Ditadura Militar estão compreendidas na nova constituição que fora promulgada em 1988. Na constituição brasileira de 1988, fica claro que o desenvolvimento econômico inclusivo tornou-se um dos principais pilares para a própria legitimidade do Estado brasileiro, como é indicado pelo artigo 3º dos objetivos fundamentais:

I) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; II) Garantir o desenvolvimento nacional; III) erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988, Dos Princípios Fundamentais)

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, avança-se a ideia da necessidade de promoção de políticas distributivas para mitigar a desigualdade e a pobreza. Neste sentido, a primeira experiência de um programa de transferência de renda foi implementado em Campinas, durante a gestão do então prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, em 1990, com o Programa de Garantia da Renda Familiar (SUPLICY, 2003). E no governo FHC, foram criados programas de proteção social como o Programa de Garantia de Renda Mínima, o Programa Bolsa Alimentação (MP 2206/2001), e o Programa Auxílio-Gás, todos estes tendo por objetivo a diminuição da desigualdade e buscando retirar os mais vulneráveis da pobreza extrema.

Segundo Bresser-Pereira (2016), o início do século XXI foi marcado pela perda da hegemonia neoliberal na América Latina. O crescimento das desigualdades socioeconômicas e o lento crescimento da economia tornaram visível a incapacidade das políticas neoliberais em cumprirem com as suas promessas. Com isso, a atenção dos países em desenvolvimento retorna ao desenvolvimentismo, por meio de uma retomada tanto teórica quanto política. Entretanto, diferentemente do desenvolvimentismo anterior, o novo modelo, chamado de social-desenvolvimentismo, seria marcado por uma tentativa de combinação entre o desenvolvimento econômico com a redução das desigualdades. Além disso, diferentemente do desenvolvimentismo autoritário e excludente do século XX, o novo desenvolvimentismo surgiria em um contexto de retomada democrática no Estado brasileiro.

Esta mudança de paradigma no país acontece junto com uma igualmente forte mudança da perspectiva internacional em favor de um crescimento econômico acoplado com desenvolvimento social. Em setembro de 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou um compromisso pelo desenvolvimento social e econômico global por meio de um plano de metas que receberia o nome de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com um prazo que terminaria em 2015. Entre os objetivos propostos por este plano, estão: erradicação da fome e da pobreza; crescimento econômico inclusivo e redução das desigualdades (ONU, 2010). É neste cenário de difusão de uma cultura democrática e conscientização internacional que

o Estado brasileiro buscará solucionar as desigualdades econômicas por meio de reformas sociais e políticas de redistribuição de renda.

3 Implementação das políticas públicas

3.1 O Programa Bolsa Família

Durante o primeiro governo Lula, várias das políticas públicas implementadas no governo anterior foram unificadas. Como resultado, criou-se o Programa Bolsa Família (PBF) em outubro de 2003 pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), sendo instituído pela Lei nº 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004. O PBF deu lugar ao Programa Auxílio Brasil, em dezembro de 2021. Sua atuação ocorre em três eixos principais: complemento da renda, acesso a direitos e a articulação com outras políticas públicas. O programa foi implementado tendo como público-alvo as famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza, tendo como foco famílias pobres e extremamente pobres inscritas no Cadastro Único Federal (CadÚnico), sendo que a elegibilidade destas famílias ao programa depende também do nível da renda familiar per capita.

O PBF adota duas linhas de elegibilidade: pobreza e extrema pobreza. Com base nessa distinção, os benefícios do programa são divididos em duas categorias: básicos e variáveis. Os benefícios básicos são voltados para famílias em extrema pobreza, composto de um valor único para todas as famílias. Por outro lado, os benefícios variáveis são destinados tanto para famílias em extrema pobreza quanto aquelas em pobreza. O número de benefícios deste tipo tem sido acrescido com o tempo, sendo composto, por exemplo, pelo Benefício Variável Vinculado ao Jovem (BVJ) e o Benefício Variável Vinculado à Gestante (BVG) ([SOUZA et al., 2019](#)).

Os recebimentos destes benefícios possuem condicionantes, tais como a permanência das crianças na escola e vacinação em dia. Dessa forma, o programa não apenas busca quebrar o ciclo de pobreza intergeracional no campo econômico, mas também em outras áreas em que as famílias pobres são fortemente privadas, como saúde, educação e segurança alimentar. (DENES; MENEZES-FILHO; KOMATSU, 2016).

3.2 Resultados

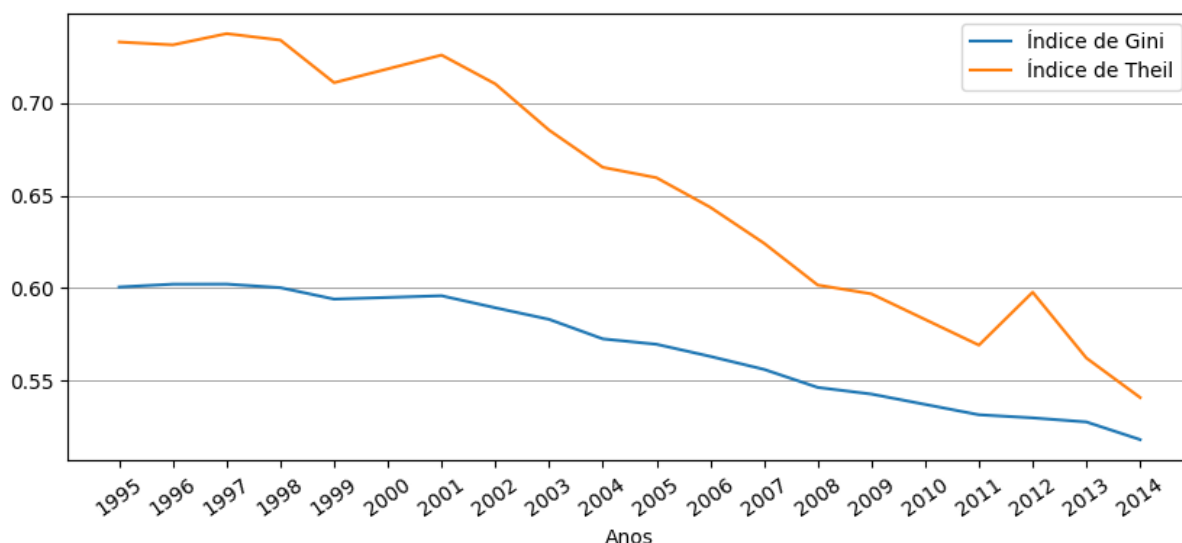
3.2.1 Desigualdade de renda

A diminuição de desigualdade observada no início do século XXI não se deu apenas pelo resultado da implementação de um único programa de distribuição de renda. Todavia, segundo um estudo patrocinado pelo IPEA (2012), o Programa Bolsa Família é responsável por 13% da redução da desigualdade observado na primeira década deste século:

A inédita redução da desigualdade observada na década passada pode ser decomposta pelas diversas fontes de renda captadas pela PNAD e retrabalhadas da seguinte forma: Trabalho (58%), Previdência (19%), Bolsa Família (13%), Benefício de Prestação Continuada (BPC2 4%) e Outras Rendas (6%) como aluguéis e juros. Ou seja, a maior parte da queda da desigualdade se deveu ao efeito da expansão trabalhista observada, o que confere sustentabilidade ao processo redistributivo assumido. Sem as políticas redistributivas patrocinadas pelo Estado brasileiro, a desigualdade teria caído 36% menos na década. (IPEA, 2012, p. 8-9)

Entre os indicadores sintéticos mais utilizados para a análise da evolução da desigualdade econômica estão o índice de Gini e o índice de Theil. Ambos variam entre 0 e 1, sendo que quanto maior a desigualdade de renda, maior será o valor do índice (NERI; VAZ; SOUZA, 2013). A série histórica dos índices de Gini e Theil mostra que entre 2001 e 2014 ocorreu uma redução constante na desigualdade econômica no país. Segundo Neri, Vaz e Souza (2013), as diferenças de valores entre os dois índices se devem às diferentes sensibilidades destes. Enquanto o índice de Theil é mais sensível a transferências em pontos de renda mais baixa, o índice de Gini é mais sensível em pontos próximos à mediana.

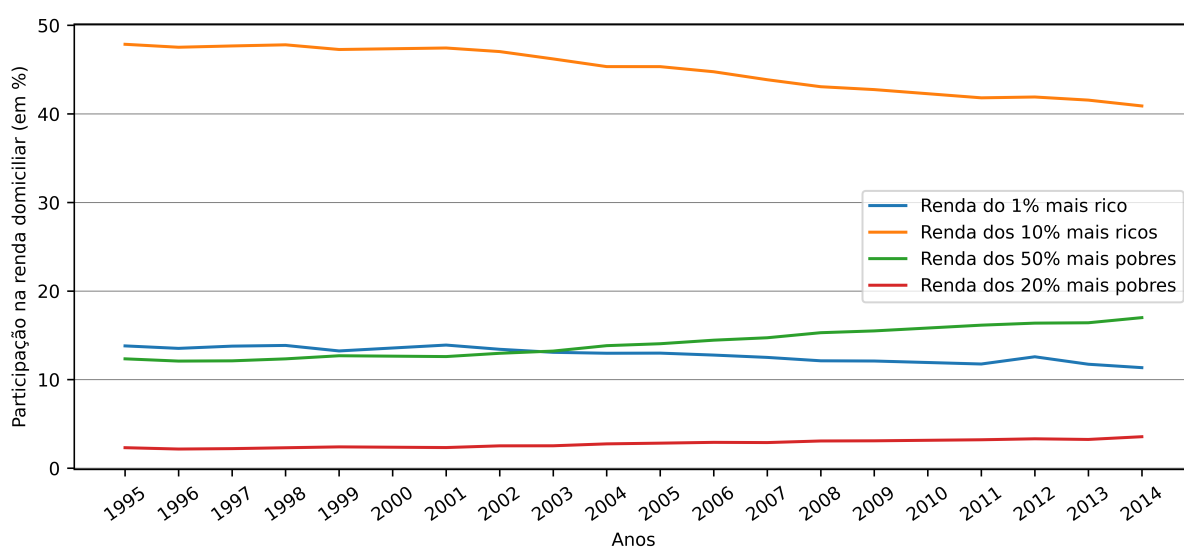
Figura 1 – Índices de Gini e Theil no Brasil (1995 a 2014)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Ao analisar a evolução da participação na renda domiciliar total por camadas, também é possível observar sinais de redução na concentração de renda. A participação dos 10% mais ricos, que era de 46,2% em 2003, tinha se reduzido para 40,9% em 2014. Enquanto isso, a participação dos 50% mais pobres cresceu de 13,2% para 17%, considerando o mesmo período, sendo que aproximadamente 71% deste crescimento pode ser explicado pela redução da participação dos 10% mais ricos.

Figura 2 – Participação na renda domiciliar por camadas (1995 a 2014)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

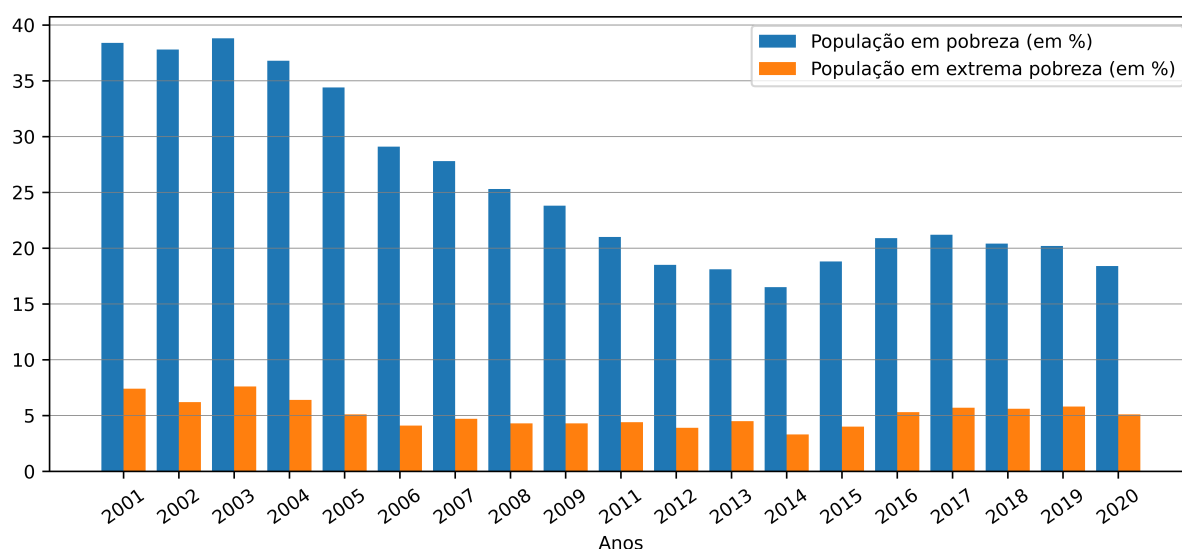
Em relação às linhas de elegibilidade do PBF, os reajustes dos valores, apesar de irregulares, foram bem-sucedidos em repor a inflação entre 2003 e 2010. Entretanto, desde

2010 os reajustes não foram suficientes para compensar as perdas inflacionárias. Em 2012, o valor real já era mais baixo do que aquele quando se implementou o programa. (CMAP, 2020) Isto poderia explicar parcialmente o aumento da desigualdade de renda observada a partir de 2014.

3.2.2 Pobreza e extrema pobreza

Além da redução da desigualdade apresentada acima, o período compreendido entre o início do século XXI até meados da década de 2010 também foi marcado por uma expressiva queda na parcela da população em situação de extrema pobreza e pobreza. A parcela da população em situação de pobreza, em particular, que iniciou no século XXI próximo de 40%, encontrava-se em torno de 15% em 2014.

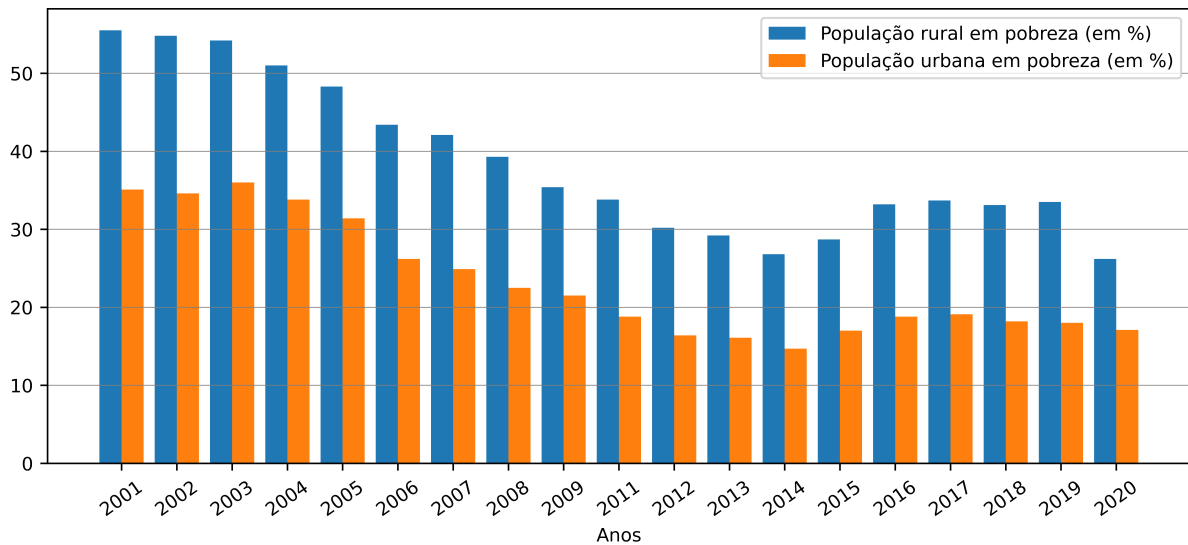
Figura 3 – População vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza (2001 - 2020)



Fonte: Comissão Econômica Para a América Latina (CEPALSTAT)

Na comparação entre a população rural e urbana em situação de pobreza, observa-se uma forte redução absoluta nas duas categorias entre 2001 e 2014, ano da série histórica em que a tendência de queda é quebrada.

Figura 4 – População vivendo em situação de pobreza por região geográfica (2001 - 2020)



Fonte: Comissão Econômica Para a América Latina (CEPALSTAT)

Além disso, neste período também pode ser observado uma redução relativa entre os valores para a população rural e a urbana: enquanto em 2001 a diferença entre a população urbana e rural pobre era superior a 20%, em 2014 a diferença era apenas um pouco superior a 10%.

3.2.3 Desenvolvimento humano

A criação do PBF, ao unificar a administração dos programas sociais antecessores, permitiu reduzir a complexidade e ineficiência. Segundo [Legovini e Regalia \(2001\)](#), a adoção de uma abordagem integrada em programas sociais, como realizada no Programa Bolsa Família, aumenta a coordenação entre as instituições governamentais responsáveis e promove benefícios para a formulação e consistência destas políticas. Ademais, esta abordagem, ao não se limitar apenas à privação financeira das famílias no curto prazo, permite também garantir o desenvolvimento social dos beneficiários. Entretanto, intervenções adicionais, como aquelas no lado da oferta, também são necessárias.

Because THDPs are designed to increase the demand for health and education services, governments should plan for increased investments in these sectors. Even where schools and health posts can cope physically with increased demand, the quality of service could suffer. THDPs must either include a supply-side component or coordinate with other programs that do. ([LEGOVINI; REGALIA, 2001](#))

De acordo com [IPEA \(2014\)](#), a cobertura do Programa Bolsa Família, combinada com aquela do Programa Saúde da Família (PSF), está associada a uma expressiva redução na mortalidade infantil entre 2004 e 2009 nos municípios do Brasil. O estudo ainda indica que a redução foi maior quanto mais ampla a cobertura do PBF no município analisado. Além disso, observou-se, entre os beneficiários do PBF, menores taxas de baixo peso

Como apresenta [Neri, Vaz e Souza \(2013\)](#), a redução da desigualdade observada no período entre 1992 e 2012 está fortemente correlacionada com a maior escolaridade. Além disso, os autores apontam que, apesar da escolaridade ter aumentado para todos os níveis de renda, este aumento foi ainda mais expressivo nas camadas mais baixas.

3.2.4 Impactos macroeconômicos

O impacto da renda no consumo das famílias pode ser representado por diferentes modelos. Entretanto, alguns destes modelos possuem uma baixa capacidade de explicação, enquanto outros apenas conseguem explicar parcialmente o fenômeno. Um dos modelos que mais se encaixam na situação econômica real pode ser representado, de forma simplificada, por:

$$C = \beta_0 \times Y^{\beta_1}, \beta_1 < 1$$

E a PMgC sendo dada por:

$$\frac{dC}{dY} = \beta_1 \times A \times Y^{\beta_1-1}$$

$$\frac{dC}{dY} = \frac{\beta_1 \times A}{Y^{1-\beta_1}}$$

Portanto, a relação entre consumo e renda não é constante para todos os níveis de renda. Muito pelo contrário, a equação acima mostra que quanto menor for o nível de renda familiar, maior será a propensão ao consumo. Dessa forma, políticas sociais que promovam aumentos na renda de famílias em situação pobreza permitem que estas consigam aumentar seu consumo em bens essenciais, como a alimentação, mais do que proporcionalmente. Além disso, o consumo de outros bens e serviços, tais como materiais escolares e saúde, também pode subir ([LEGOVINI; REGALIA, 2001](#)). Dessa forma, ao auxiliar estas famílias em suas deprivações financeiras no curto prazo, é também possível derrubar as barreiras estruturais de longo prazo, possibilitando a saída definitiva da pobreza.

As transferências por meio de programas sociais como o PBF resultariam em um aumento na renda domiciliar não apenas pelo canal direto, mas também, por efeitos de segunda ordem. Este efeito seria ainda mais considerável considerando a alta propensão ao consumo dos beneficiários do programa.

As famílias receberiam a renda e, ao consumirem determinados bens, levariam a um aumento de preços, que por sua vez induziria a um aumento da produção. Esse geraria um crescimento da demanda por trabalho, que levaria a novos aumentos da renda, via mercado de trabalho e lucros das empresas. ([DENES; MENEZES-FILHO; KOMATSU, 2016](#))

[IPEA \(2014\)](#) demonstra que de todas as transferências monetárias realizadas pelo governo, o PBF é aquele com o maior efeito multiplicador no PIB: para cada aumento de 1% nos

gastos com o programa em relação ao PIB, a atividade econômica aumentaria em torno de 1,78%. Além disso, trabalhos como o de [Tupy e Toyoshima \(2013\)](#) também mostram que mesmo em regiões consideradas extremamente pobres e que grande parte da atividade econômica está direta e indiretamente relacionada ao governo, as transferências do PBF resultaram em um aumento do PIB regional e nenhuma evidência de impacto positivo ou negativo no nível de emprego. Entretanto, mesmo que este também seja o caso para as outras regiões onde o PBF opera, as intervenções governamentais no lado da oferta ainda se fazem extremamente necessárias para garantir que as barreiras estruturais deixem de existir, quebrando o ciclo de subdesenvolvimento em que a população mais pobre se encontra.

3.2.5 Papel da focalização

As medidas de erro utilizadas em testes de focalização podem ser classificadas em dois principais grupos:

- Medidas de erros de inclusão (ET_1): representa os falsos positivos, ou seja, a proporção dos não pobres que recebem os benefícios;
- Medidas de erros de exclusão (ET_2): representa os falsos negativos, ou seja, a proporção de pobres que não recebem os benefícios.

Ambas as medidas de erros variam entre 0 e 1 e, no sentido econômico, quanto menor os seus valores, mais focalizado é o programa social.

Neste sentido, [CMAP \(2020\)](#) apresenta que o Programa Bolsa Família apresenta valores baixos tanto para os erros de inclusão quanto para os de exclusão. Como aponta [Souza et al. \(2019\)](#), o PBF pode ser considerado o benefício monetário mais bem focalizado do país. Utilizando-se de coeficientes de incidência, os autores mostram que o programa também conseguiu, de forma consistente, alcançar o seu público-alvo por meio de uma cobertura ampla. Esta característica de progressividade também é observada em [Neri, Vaz e Souza \(2013\)](#), onde, por meio da elaboração de curvas de Lorenz para diferentes programas sociais e outras fontes de renda não originadas do governo, constata-se que o Bolsa Família beneficia desproporcionalmente mais os pobres e que esta relação é maior do que aquela observada para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outras transferências que possuem caráter regressivo, como a previdência.

Portanto, os dados apresentados pelos autores acima indicam que os efeitos do PBF sobre a pobreza e a desigualdade decorrem de sua boa focalização na população em situação de pobreza, mesmo que os valores das transferências sejam relativamente modestos em comparação com outros programas de transferência de renda. Entretanto, como aponta [Souza et al. \(2019\)](#), dado o alto grau de focalização do programa, tentativas de aumentar esta focalização além dos níveis atuais poderia acarretar em uma redução na efetividade do programa.

4 Considerações finais

Neste trabalho, foi realizado um panorama em relação à pobreza e a desigualdade como características marcantes do processo de desenvolvimento socioeconômico do Brasil,

assim como as mudanças teóricas e políticas que resultaram em um maior foco nas questões sociais na criação e implementação de políticas públicas no país.

Com base na literatura explorada por este artigo, é possível retirar algumas conclusões importantes:

- A natureza complexa, dinâmica e multidimensional da pobreza requer um aparato institucional com o objetivo de amparar a parcela mais vulnerável da população;
- Os fatores externos aos indivíduos (extrafamiliares) possuem um grande impacto nas suas vidas e estão fora (parcialmente ou integralmente) de seu controle;
- O processo de integração atrasado do Brasil ao sistema capitalista mundial resultou em um desenvolvimento desigual, mesclando características do sistema anterior com o industrial, o que seria a causa de sua situação de subdesenvolvimento;
- O PBF apresentou resultados positivos na redução da desigualdade de renda e pobreza, assim como nas áreas da saúde e educação. Além disso, teve impacto macroeconômicos positivos. Entretanto, é importante notar a importância de outras políticas públicas complementares;
- O sucesso do PBF é creditado à sua focalização, que é a maior entre todos os outros benefícios oferecidos atualmente pelo governo brasileiro.

Após décadas de altos níveis de desigualdade, com uma forte aceleração no final da década de 1980, o Brasil presencia uma gradual redução do índice de gini a partir do início da década de 1990. Esta redução se torna ainda mais aparente durante a primeira década do século XXI, com a melhora da distribuição de renda e diversos outros indicadores de desenvolvimento humano. Como foi apresentado, as políticas públicas postas em prática no Brasil e em outros países da América Latina a partir do início do século XXI estavam surtindo efeito. No caso brasileiro, a redução da desigualdade e da pobreza entre 2004 e 2014 acabou sendo denominado como "crescimento inclusivo". Entretanto, as causas estruturais e institucionais responsáveis pela desigualdade socioeconômica ainda precisavam ser combatidas.

A partir de meados da década de 2010, este cenário mudou, e em alguns países do continente, entre eles o Brasil, a desigualdade econômica voltou a subir. No Brasil, este momento é representado pela transição entre o governo Dilma Rousseff e o de Michel Temer, sucedendo-se uma retomada das políticas e reformas neoliberais. Além disso, ocorreu uma queda dos preços das *commodities* no mercado internacional, sendo que seus valores altos no início do século haviam sido um dos fatores que puxaram o crescimento econômico naquele período. Como resultado, a pobreza e a desigualdade de renda voltaram a subir.

A crise econômica, política e social que o país começou a enfrentar a partir deste período aprofundou ainda mais as desigualdades sociais e econômicas do país, com a pandemia de Covid-19 apenas agravando esta situação, com milhões de brasileiros perdendo seus empregos e fontes de renda. Em dezembro de 2021, no governo Jair Bolsonaro, ocorreu a substituição do Bolsa Família pelo programa Auxílio Brasil. Entretanto, após a reeleição de Lula para presidente

da República em 2022, o Programa Bolsa Família foi recriado, agora com um benefício mínimo de R\$600. Com isso, espera-se que os benefícios recuperem, ao menos em parte, o poder de compra perdido.

Dessa forma, tendo em vista o que foi observado acima, somam-se às dificuldades inerentes ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro os desafios adicionais levantados pelo movimento existente em direção ao desmantelamento das políticas públicas de transferência de renda. Para superar estas dificuldades, é necessário implementar um grupo diverso de políticas públicas que se complementem. Isto porque, para sustentar este projeto de redução da pobreza e desigualdade, também é necessário garantir a sustentabilidade do crescimento econômico do país no longo prazo, importância que foi evidenciada pela expansão cíclica vivenciada no início do século.

Referências

BIANCARELLI, A.; ROSSI, P. A política macroeconômica em uma estratégia social-desenvolvimentista. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento*, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 23–24, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Bolsa família é recriado com mínimo de R\$600 por família e mais R\$150 por criança de até seis anos. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/bolsa-familia-e-recriado-com-minimo-de-r-600-por-familia-e-mais-r-150-por-crianca-de-ate-seis-anos>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. Os estudos das políticas públicas no Brasil: Passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. *Revista Política Hoje*, Recife, n. 1|2016, p. 71–90, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/download/3710/3012>>. Acesso em: 5 out. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Economia brasileira: uma introdução crítica*. 3. ed. [S.l.]: Editora 34, 1998. 222 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Modelos de estado desenvolvimentista. p. 25, 2016. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15572/TD%20412%20-%20Luz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf>>.

CARNEIRO, R. de M. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, [S.l.], v. 21, n. especial, p. 749–778, 2012.

CONSELHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. *Transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza*. [S.l.]: CMAP, 2020. 98 p. (Relatório de avaliação).

DE MATTOS, F. A. M.; HALLAK NETO, J.; PRONI, M. W. A visão utópica da CEPAL e a desigualdade de renda no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [Lisboa], n. 124|2021, p.

131–156, 2021. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/11605>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

DENES, G.; MENEZES-FILHO, N.; KOMATSU, B. *Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros*. São Paulo: Insper Centro de Políticas Públicas, 2016. 34 p. (Policy Paper, 21).

DOS REIS, A. S.; FROTA, M. G. da C. *Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa*. [S.l.], 2012? 7 p. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/06a.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p.

GENNARI, A. M.; DE OLIVEIRA, R. C. *História do pensamento econômico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GOMES, P. H. Bolsonaro sanciona com vetos lei que cria auxílio Brasil. *G1*, Brasília, 30 dez. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/30/bolsonaro-sanciona-com-vetos-lei-que-cria-auxilio-brasil.ghtml>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 148 p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, 43).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 206 p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, 44).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda*. [S.l.], p. 44, 2012. Comunicados IPEA n. 155. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4639/1/Comunicados_n155_De_cada.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2014. 87 p.

LEGOVINI, A.; REGALIA, F. Target human development programs: investing in the next generation. Inter-American Development Bank, Washington D. C., p. 30, 2001.

LOPES, T. C.; GUIMARÃES JÚNIOR, M. C. d. P. Trotsky's law of uneven and combined development in marini's dialectics of dependency. In: ANNUAL CONFERENCE IN POLITICAL ECONOMY, 4., 2013, The Hague. *Political Economy, Activism and Alternative Economic Strategies*. Uberlândia, 2013. p. 17.

MAZZUCATO, M. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs privado*. 1. ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014. 314 p.

NERI, M.; VAZ, F.; SOUZA, P. *Duas décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE*. Rio de Janeiro: FGV Social, 2013. 54 p.

NERI, M. C. *A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, pobreza e políticas de renda*. Rio de Janeiro: FGV Social, 2012. 50 p.

OLIVEIRA, R. G. Reforma do estado e políticas públicas: avanços e retrocessos ao alcance da sustentabilidade. *Revista INTERFACE*, Natal, v. 3, n. 2|2006, p. 13–29, 2006. Disponível em: <<https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/1/1>>. Acesso em: 5 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. 2010. Disponível em: <<https://brasil.un.org/index.php/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 5 out. 2022.

OXFAM BRASIL. *País estagnado - um retrato das desigualdades brasileiras*. S.l., 2018. 66 p. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/download/12034/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. *A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 472 p.

PIKKETY, T. *O Capital no século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 669 p.

POCHMANN, M. *Desigualdade econômica no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2015. 168 p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2019*. [S.l.], 2019. 362 p. Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2020*. [S.l.], 2020. 412 p. Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_pt.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Technical notes: Calculating the human development indices - graphical presentation*. [S.l.], 2020. 19 p. Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_technical_notes.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil, afinal do que se trata?* 3. ed. São Paulo: Editora FGV, 2007. 244 p.

SCHNEIDER, B. R. *Bureaucracy and Industrial Policy in Brazil*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1991.

SOUZA, P. et al. *Os efeitos do programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos*. Rio de Janeiro, 2019. 46 p. (Textos para discussão, 2499).

SUPLICY, E. M. Renda básica: a resposta está sendo soprada pelo vento. *Revista de Economia Política*, [S.l.], v. 23, n. 2 (90), p. 47–62, 2003.

TUPY, I. S.; TOYOSHIMA, S. H. Impacto dos programas governamentais de transferência de renda sobre a economia do vale do jequitinhonha. *Revista de Economia do Nordeste*, Fortaleza, v. 44, n. 3, p. 671–692, 2013.